

Roberto Schwarz. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, 312 pp.

Lidiane Soares Rodrigues
Doutora em História Social, USP

O negativo da Cachoeira

Martinha versus Lucrecia apresenta uma urdidura notável. Os materiais esclarecem uns aos outros, testemunham o empenho do autor em virar e revirar a experiência histórica formalizada no material que analisa, e é certo que o parâmetro que o autor estabelece para o exercício da “crítica dialética” – “obras que sejam mais ou menos fechadas e altamente estruturadas” (p. 290) – seja o seu também. Há cálculo na disposição dos textos, no cuidado em abrir e fechar o livro com dois ensaios de fôlego, seguidos de duas entrevistas. O leitor saca as piscadelas aqui e acolá, ao se deparar com imagens que reaparecem e se reconfiguram. Destaco duas, mas há muitas: a cena do “povo” em *Terra em transe*, na leitura regressiva, narcísica e cômoda de Caetano; nos comentários críticos de Roberto Schwarz (p. 79, p. 299) e no esclarecimento de Gilda de Mello e Souza (p. 188). E também, um certo “quer ver/escuta”, do (de um dos) eu(s) lírico(s) de *Elefante*, livro de Francisco Alvim (p. 112), retomado na sentença inicial de “O punhal de Martinha”, crônica de Machado de Assis: “Quer ver o que são os destinos? Escutai” (p. 307). Numa coletânea na qual é central a análise de *Verdade tropical*, autobiografia de um compositor popular com estridentes posições políticas, trata-se de coincidências? Dificilmente. *Corações veteranos* estão longe da inocência de achados casuais. Concebidos em ocasiões diversas, os textos encerram unidade,

evidente tanto pelo *conteúdo histórico de que resultam e com o qual se debatem, quanto pelo trabalho de corte e costura do crítico em suas peças originais*. Não teria sentido apresentar a seletiva edição realizada na primeira publicação de alguns deles, tampouco todo o entrelaçado de imagens e argumentos. Mas “minúcia chama minúcia”, convida “à anatomia do trabalho crítico” (p. 192). Então, vale, nos limites de uma resenha, a dissecação da fechadura que abre uma chave¹.

O ensaio de abertura, “Leituras em competição”, consiste num estudo de recepção da obra de Machado de Assis por meio de tendências da crítica literária. Há, segundo o crítico, duas leituras concorrentes: uma consagra o autor no exterior, sob o custo de apagar o enraizamento histórico da obra; outra, local, é caracterizada pela exploração do nexos “entre a originalidade artística da obra e a diferença histórica da nação” (p. 16). Alerta de Schwarz: tanto é possível críticos estrangeiros absorverem a perspectiva nacional, quanto esta dar vexame, sentindo-se envaidecida com o “reconhecimento enfim alcançado pelo compatriota nacional” (p. 22).

É possível relacionar o vínculo entre a recepção e as “assimetrias internacionais de poder” (p. 20) a Antonio Candido. Em “A importação do romance e suas contradições em Alencar”, Schwarz investiga em filigrana as dificuldades daquela “lei de evolução da nossa vida espiritual”, formulada por seu mestre: “toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo” (Candido, 2000, p. 101), chegando ao impasse formal batizado de “tamanho fluminense”, qual seja, a “medida diminuída” dos personagens secundários se deve ao fato de que pareceria um “fantasma, um arrivista fluminense”, ao estilo de um francês. *Solução* mal resolvida, e não menos mimética, em Alencar – “efeito e repetição” da ambígua convivência entre ordem do dinheiro e

sociedade do favor – *problema* em Machado e *forma*, após sua “viravolta”.

Artifício engenhoso, se bem o entendo – Machado fazia (auto)crítica literária, com recursos literários, por isso Schwarz pode *desbançar a leitura a-histórica*, provando, com “O punhal de Martinha” (1894), que o escritor refletia a respeito do que, em vocabulário moderno, um historiador diria: “Bem é verdade, também, que Marx dizia que as colônias acabam por revelar o segredo da sociedade capitalista” (Novais, 1981, p. 98). Por isso, “Martinha está para Lucrecia como o Brasil para os países adiantados”. A primeira, heroína da Cachoeira, vingou-se, com punhal destinado à “ferrugem da posteridade”, de João Limeira, tendo, aliás, o prevenido antes: “Não se aproxime, que eu lhe furo”. Já a segunda, “ultrajada por Sexto Tarquínio”, “uma noite, resolve não sobreviver à desonra”, deixa o trabalho de restauração da honra real ao marido e ao pai, e comete suicídio (p. 307). Schwarz explora no detalhe as ironias da composição, e conclui: “Esses quiproquós, *que são depositários da transformação periférica da cultura europeia*, põem de pé uma problemática inédita, difícil, de classes e de inserção internacional, de que a oposição corrente entre localismo e universalismo oferece uma versão distorcida e característica” (p. 41). Exemplo da “viravolta machadiana”, que vai das “heroínas pobres, inteligentes e lindas que manobram para se fazer adotar por um clã abastado” (p. 258), quando o arbítrio é assunto, ao narrador volúvel, que é forma. A crônica dos punhais também “inverte as perspectivas e faz medir as medidas”, “exemplo heterodoxo de universalização do particular e de particularização do universal” (p. 255). Em suma, as “assimetrias internacionais de poder” estão na ordem do dia – de Machado, que as dramatiza, e de Schwarz, que desabona a leitura dos incautos com apoio do próprio romancista – *num golpe digno de Martinha*.

Acaso? Na investida sobre a importação do romance, o então jovem músico Caetano Veloso já chamava a atenção de Schwarz. Estava em situação

“comparável” à dos romancistas, em oposição aos pruridos nacionalistas – a vigiar a introdução de elementos alienígenas na cultura e adotarem o *laissez-passer* na economia –, cantando em inglês com “pronúncia nordestina” e registrando “um momento substancial de nossa história e imaginação” (Schwarz, 2000, p. 46). Àquela altura (meados dos anos de 1970), *Caetano era Martinha ou Lucrecia?* Não sendo de hoje o interesse de Schwarz pelo músico, há algo aí que se elucida: em foco, tempos remotos ou recentes, é a vibração da história contemporânea que interessa. Por isso, o que mobiliza para exame do século XIX *não é indiferente* ao que atira para o XX, tampouco ao itinerário do próprio autor. E isso vale um voltejo.

O tipo de análise em tela pressupõe não apenas domínio estético. O plano desta é conhecido, mas nem tanto: “ler uma na outra, a literatura e a realidade, até encontrar o termo de mediação”, menos nos conteúdos do que nas formas. Como “encontrar” não é passe de mágica, trata-se de “construir o processo social em teoria” e perguntar: “qual o referente – se é que existe – captado e imitado nesta forma?” (Schwarz, 1979, p. 140; 2000, p. 35). Em *Martinha versus Lucrecia*, este “referente construído pelo crítico” abarca o período compreendido entre os anos que antecederam e sucederam o golpe civil-militar de 1964, alcançando o milagre econômico e a reabertura política e, como se não bastasse, *pressupõe um nexos lógico com a interpretação que ele faz da sociedade brasileira do XIX*. Não formulado explicitamente como em *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo* (refirme a “Ideias fora do lugar” e “Matriz Prática”, respectivamente), cedo ao impulso de solicitá-lo, pois reconheço a mobilização desse referente, dimensionando o “minimalismo enorme” dos achados, em *Elefante* – a variação das vozes e das classes, notável na composição das frases, versos, títulos –, sobretudo, a intrincada “ligação interna entre os opostos da sociedade brasileira e recusa às fixações estereotipadas” (p. 119). Porém, se não discordo, também não me satisfaço com a súmula diagnóstica *para o futuro que ficou no passado*: “com

idas e vindas, abolicionismo e desenvolvimentismo eram ascensionais; ao passo que o movimento atual, a despeito de dois presidentes originários da esquerda, participa da vaga mundial de aprofundamento do capitalismo e de sua destrutividade social” (p. 176).

Elefante e Verdade tropical, depois da travessia de *Martinha versus Lucrecia*, são antípodas, parentes da relação entre Machado de Assis e José de Alencar – a matéria que no(s) primeiros é investigada e formalizada de modo laborioso e calculado; no(s) segundo(s), (a) parece (como) solução irresolvida. Difícil não relacionar o paralelo entre os contemporâneos à transição do “reflexo involuntário à elaboração reflexiva, da incongruência para a verdade artística” (Schwarz, 2000, p. 70), entre os do século XIX. “Verdade tropical: *um percurso do nosso tempo*” pode ser lido em confronto com “Um minimalismo enorme”, pois o acerto irrefletido e politicamente irresponsável de Caetano Veloso, desse “Brasil-absurdo”; e o pensado, de Chico Alvim, encerram a mesma “forma objetiva”, isto é, o princípio de composição posto pelo processo de reprodução social, e que ultrapassa as consciências individuais. Essa noção, operando em muitas passagens, parece ser resultado de elaboração de Schwarz, que articula à ideia de “autonomia incontrolável das formas”, aprendida com Gilda de Mello e Souza, o procedimento de José Arthur Giannotti, na leitura de *O capital* e mais um punhado de leituras impossíveis de apresentar trivialmente. O procedimento de Giannotti consiste em considerar que as formas têm referente, não são uma construção puramente discursiva sem contrapartida na realidade. Não deixa, contudo, de ser controversa: a “forma objetiva está lá”, mas não se entrega ao entendimento de todos os críticos e tampouco ao de todos os artistas – o que faz a consciência de alguns a reproduzirem irrefletidamente e a de outros criticá-la? O enguiço da pergunta é antigo. E é impossível respondê-la sem mais.

Caetano Veloso e Chico Alvim pertencem ao mesmo arco de experiência histórica que deu ensejo à formação da roda de Schwarz e os ensaios dedi-

cados a eles ganham muito se lidos à luz daqueles que dedicou aos amigos (Bento Prado Jr., Michael Löwy, Sérgio Ferro); a antigos professores (Gilda de Mello e Souza, José Arthur Giannotti); a parceiros intelectuais (Francisco de Oliveira, Pedro Arantes). Para os que souberem interpelá-los, documentam possibilidades intelectuais e sociais abertas por São Paulo – para migrantes de dentro e de fora do país, mulheres, camadas em descenso e ascenso – com seu incipiente sistema universitário e iniciativas culturais que passam a gravitá-lo, na base da vibração política geral a animar os anos de 1960. Dessa vivência, não se desvencilham as inquietações do crítico. Vale atentar, já me desculpando por “ofender sua modéstia” e “deixá-lo sem jeito” (Schwarz, 2009, p. 243): a dimensão biográfica dá pistas para recuperar a sociabilidade que fomentou – *numa escala explicativa intermediária, entre Lucrécia e Martinha, não menos relevante* – a “recepção nacional” de Machado, de que ele próprio é pivô. Em outra angulação, Antonio Candido sugeriu que, sendo filho de imigrantes austríacos fugidos do nazismo, que chegaram ao Brasil com o pequeno ainda no colo, em 1938, Schwarz seria marcado por ter crescido numa “experiência orgânica de dois polos nacionais, linguísticos e culturais” (Candido, 2007, p. 16). Sérgio Miceli também ressaltou, no viver “prensado entre o alemão e o português”, algo de suas disposições intelectuais (Miceli, 2007, p. 61). São conhecidas – e compreensíveis – as razões do rechaço a esse tipo de argumento, facilmente confundido com o “biográfico”. Nada mais longe de mim que recuar aos tempos nos quais a crítica lutava contra as facilidades dele na análise das obras literárias. Ninguém, hoje, em sã consciência, se satisfaria com o argumento de Machado de Assis, “ressentido que ascendeu etc.”, como *exclusivo* na explicação de *tudo* que fez: *nem todo menino com tal história se torna o maior romancista de sua língua* – é o que se diz. Porém, também é certo que, se nosso maior romancista tem tal “biografia”, *há algo aí bem brasileiro*. Ou não? Então, já que o próprio mestre de Schwarz chama a

atenção para a “dualidade inevitável dos intelectuais de países periféricos”, que faz do estrangeirismo do crítico fator de abasileiramento (Candido, 2007, p. 15), talvez seja o caso de se manter a possibilidade de investigação do nexos entre processos sociais mais amplos cristalizados no itinerário biográfico e a produção intelectual e artística. Penso que há um sem número de consequências a se extrair do que disse Roger Bastide a partir da posição particular que ocupava como professor estrangeiro em missão na capital paulista: “a literatura modernista, porque começou em São Paulo, grande centro de imigrantes, encerra uma espécie de secreto desespero a manifestar-se na busca do ‘tipicamente brasileiro’, como se pretendesse o nativo libertar-se da alma do imigrante que, por contágio, se vai infiltrando na sua; mas justamente só quem traz em si um pouco de imigrante é que consegue descobrir esse ‘tipicamente brasileiro’, no curso do diálogo que se abre no espírito dividido contra si mesmo, entre o brasileiro e o recém-desembarcado da Europa” (Bastide, 2002).

A elaboração do referente em operação nas análises de Schwarz e a adesão àquele programa remontam ao período de sua formação, na antiga Faculdade de Filosofia da rua Maria Antonia; aos pendores ensaísticos do jovem rapaz encaminhado a ela por seu preceptor, Anatol Rosenfeld; às inclinações literárias abrigadas por Antonio Candido em seu zigue-zague pela antropologia, sociologia e crítica literária; aos ensinamentos do professor de lógica, José Arthur Giannotti; à importação, por esse polo mais ensaístico, a despeito de suas vontades “subjetivas”, da agenda de pesquisa “cientificista” e teses da cadeira de Sociologia I, de Florestan Fernandes (cf. Ramassote, 2006). No entanto, as principais obras oriundas das relações de interdependência e concorrência desse círculo não contemplam todo o arco histórico a que aludi (séculos XIX e XX), nem do modo como sugeri; tampouco se debruçam sobre a história recente, cuja inteligibilidade está pressuposta nas análises de *Martinha versus Lucrécia*. Por isso a birra da minha solicitação acima: seria interessante

explicitar o referente, como o crítico fez em “Ideias fora do lugar” e “Matriz Prática”. Alguns achados de Schwarz dependem do reconhecimento de uma “teoria atualizada das classes” (p. 155) em *O ornitorrinco*, de Francisco de Oliveira, articulada à perspectiva de Kurz sobre a modernidade (p. 173), ambas subordinadas à “dialética – dura de assimilar – entre progresso e retrocesso em nossa civilização” (p. 45). Entretanto, não há unanimidade a respeito desse referente, mesmo entre aos que ainda se esforçam para manter o coração do lado certo do peito: à esquerda (Singer, 2011).

A ensaística de Schwarz é animada “do início ao fim por razões sociais que escapam ao controle do intérprete” (Miceli, 2007, p. 61). É inescapável, por isso, que o espectro de “Cultura e Política, 1964-1969” e “Ideias fora do lugar” ronde o livro. Os dois ensaios – fomentados pela ambiência “radical” uspiana, mas arrematados no exílio parisiense pós-1969 – são o punhal de Schwarz. No primeiro, ao mostrar que alternativas opostas no leque de opções artísticas à esquerda eram parentes em seu fracasso, e, portanto, não contavam, ele desbaratinava sua roda – espécie de homicídio. No segundo, ao sentenciar que na periferia o liberalismo não é “ideologia” – em sentido marxista, “ilusão bem fundada nas aparências” – perguntava pelo avesso *se o marxismo podia ser crítica*: espécie de suicídio, afinal, voltou a si a carga crítica. E, se a preocupação em colocar as ideias no lugar tomou o lugar do bom-senso, que dizer então de “Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país”? O tirocínio, citado *ad nauseum* há quatro décadas, põe em segundo plano a ideia que poderia explicá-lo, e que segue esperando pesquisa e coragem: o diagnóstico da *autorreferenciação social, linguística e política dessa “hegemonia”*: pois “é de esquerda somente a matéria que o grupo produz para consumo próprio”; e para apreciá-la pressupõe-se repertório, “monopólio de universitários e afins”, domínio de “linguagem exclusiva”, que concorre para a “consolidação do privilégio”: o mesmo que os agentes pensam destruir e, na prática, perpetuam (Schwarz, 1992, p. 62, 75, 92).

Esse nó persegue Schwarz e é por ele perseguido. Tornou-se, com o passar dos anos, ferida aberta – latejando no exame de *Verdade tropical*, de *Elefante* e, sofregamente, nos ensaios que saúdam os amigos. Aquela autorreferenciação não é indiferente à consagração imprevista, não calculada – porém não menos determinada – da fração de geração cujos ideais políticos foram derrotados *pelo mesmo processo histórico que consagrou seus membros profissionalmente*. Ainda que ressalve – “a tendência é tão numerosa [...] que uma crítica de tipo moral não alcança o problema” – o autor cobra sem pudor o preço do sucesso: “Talvez se pudesse dizer também que parte do ideário de esquerda se mostrou [...] adequada às necessidades do capital.” (p. 219). Mas será uma questão de “ideário”? Há formulação alternativa ao problema.

A modernização encampada após a derrota da esquerda (entre 1964 e 1973) requeria mão de obra qualificada. A indústria de bens materiais e simbólicos avançava em ritmo galopante, e não esperou a produção desta mão de obra (Novais e Mello, 1998). Ela e o Estado, que dirige as condições de seu crescimento, apropriaram-se, então, da disponibilidade *profissional – e não política*, pois talvez ela importe menos do que gostaríamos – desta mão de obra, formada em universidades, partidos, movimentos artísticos mais ou menos autônomos, em suma, na fermentação do período anterior. A consolidação da indústria cultural no Brasil é indissociável desse recrutamento, afinal, os trabalhadores da cultura não são inumes, na sociedade de classes, à subsunção formal do trabalho ao capital, tampouco às próprias origens. Na outra ponta da redistribuição do trabalho qualificado, ocorrida no Estado, há algo similar: os postos do aparato burocrático agigantado no período também exigem tal mão de obra, assim como os partidos demandarão novos quadros, não repostos durante a ditadura. A fração de geração subsequente à de Schwarz parte de um caldo cultural politizado, absorve os fluxos do novo cenário internacional, em que o modelo francês de produção é desbancado pelo

norte-americano e passam a valorizar o pragmatismo inerente a ele (Miceli, 1994; Keinert, 2011).

As indagações estão postas pela bibliografia. Não são minhas, nem deixam de sê-lo. *Martinha versus Lucrécia* tem o fôlego da rebeldia de seu autor, sua força produtiva – aliás, se o desbunde foi geral, a resistência do crítico é o que começa a chamar a atenção, algo que ao lado do jeito desabusado e politicamente responsável, é digno de nota. Em qual deles se encontraria o lembrete nada adulador de que: “o marxismo aguça o senso de realidade de alguns, e embota o de outros” (p. 164)? Essa toada leva-me a apostar que ele sentiria aquele desgosto, caso encontrasse aqui o que notou em duas peças: um “(inevitável) mal-estar”, “diante do total acordo que se produzia entre palco e plateia” (1992, p. 80). O que dizer, então, de total acordo entre livro e resenhista? A tentação é sempre estabelecê-lo com Schwarz, claro. Porém, instada a escolher entre os melindres dos modelos de elegância – que caem bem para um livro que amamos – e o espírito de dúvida moderno, fiquei com o segundo, sem amá-lo menos. Penso que Bertha Dunkel – onde ela andarás? – faria o mesmo (p. 304).

Referências Bibliográficas

- BASTIDE, Roger. ([1940] 2002), “Machado de Assis, paisagista”. *Revista da USP*, São Paulo, 56: 192-202.
- CANDIDO, Antonio. (2000), “Literatura e cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros)”. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Publifolha, pp. 101-126.
- _____. (2007), “Sobre Roberto Schwarz”. In: CEVASCO, Maria Elisa & OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 13-17.
- GIANNOTTI, José Arthur. (1991), “Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz”. *Novos Estudos*, 29: 59-84, mar.
- KEINERT, Fabio Cardoso. (2011), *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MICELI, Sergio. (2007), “O chão e as nuvens”. In: CEVASCO, Maria Elisa & OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 54-65.
- _____. (1994), “O papel político dos meios de comunicação de massa”. In: SOSNOMESKI, Saúl; SCHWARTZ, Jorge. (orgs.). *Brasil: trânsito da memória*. São Paulo, Edusp, pp. 41-67.
- NOVAIS, Fernando. (1981), *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec.
- _____. & MELLO, João Manuel Cardoso de. (1998), “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 4: SCHWARZ, Lilia Moritz (org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 559-658.
- RAMASSOTE, Rodrigo. (2006), *A formação dos desconfiados (1961-1978)*. Campinas, dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.
- SCHWARZ, R. (2000), *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34.
- _____. (2000), *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34.
- _____. (1992), “Cultura e política, 1964-1969. Alguns esquemas”. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo, Paz e Terra, pp. 61-92.
- _____. (1979), “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”. In: CANDIDO, Antonio; FRANCO, Afonso Arinos de Melo; ORÉFICE, Elisabete et al. *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo, Duas Cidades.

———. (2009), “Entrevista”. In: MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (orgs.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo, Cosac Naify.

SINGER, André. (2011), *Realinhamento eleitoral e mudança política no Brasil: para uma interpretação do lulismo (2002-2010)*. São Paulo, tese de livre-docência, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Nota

1. *Martinha versus Lucrecia* foi discutido em reunião do Projeto Temático Fapesp, “Formação do campo intelectual e indústria cultural no Brasil contemporâneo”, coordenado por Sergio Miceli, em 25/6/2012, com a presença de Roberto Schwarz. Nesta ocasião, a convite de Heloisa Pontes, apresentei-os. Desta atividade e da parceria de pesquisa com Rodrigo Ramassote, resulta o que se segue. Sou sinceramente grata a todos.